



Cultura

PolObs e a Agenda 2030

4º ano de capacitação no Brasil

Pelo **quarto ano consecutivo**, o Observatório de Políticas de Ciência, Comunicação e Cultura (PolObs) do Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade da Universidade do Minho (CECS/UMinho) capacita profissionais do setor cultural do Brasil.

O investigador do PolObs Manuel Gama, responsável pelo projeto **“Cultura e Desenvolvimento: Projetos Culturais em Rede e a Agenda 2030”**, esteve durante três semanas nas cidades brasileiras de São Paulo, Santos e Campinas com o objetivo de difundir os conceitos e propostas da Agenda 2030, um plano de ação

global firmado em 2015 pelos 193 Estados-membros da ONU em que são apresentados 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) desdobrados em 169 metas.

Manuel Gama proferiu a palestra “Como é que a Cultura se apropria da Agenda 2030?” no Centro de Estudos Latino Americanos sobre Cultura e Comunicação (CELACC) da Universidade de São Paulo (USP) e foi o convidado da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas) para o seminário “De que falamos quando falamos de Redes Culturais”, ambos eventos

destinados a estudantes de graduação, investigadores e agentes da área da cultura.

Em parceria com o Centro de Pesquisa e Formação do Serviço Social do Comércio de São Paulo (Sesc São Paulo) e com o Sesc Santos, 30 pessoas concluíram as oficinas “Cultura e a Agenda 2030: Contributos para a Década da Ação”, com a produção de **nove ideias de projeto** e **18 ensaios individuais** a partir das temáticas propostas na Agenda 2030.

A próxima etapa no Brasil será de 6 a 30 de julho em Belém-PA, Presidente Prudente e Ribeirão Preto.●

Seminário European Communication Policy Spring: New initiatives after a long policy Winter

Comunicação

Os problemas que se colocam ao nível das políticas para a comunicação no contexto foram o mote para o seminário que o PolObs e o CECS organizaram no dia 28 de março no Instituto de Ciências Sociais (ICS) da Universidade do Minho.

Josef Trappel, Professor da Universidade de Salzburgo e coordenador do [Euromedia Research Group](#), foi o convidado para a conferência intitulada “European Communication Policy Spring: New initiatives after a long policy Winter”.

Numa perspetiva contextual e longitudinal sobre as políticas para a comunicação, Josef Trappel assinalou os seguintes cinco problemas que, em geral, afetam

a Europa nesta área e condicionam os processos de tomada de decisão política para os media: i) o mercado interno da televisão; ii) o cinema/produção fílmica dos Estados Unidos; iii) a dicotomia monopólio/oligopólio (que poderia ser vista do ponto de vista da diversidade/pluralismo); iv) a liberdade de expressão; v) o domínio das plataformas dos Estados Unidos.

Após a conferência, seguiram-se momentos de reflexão e debate conjuntos e ficou o convite para o [Workshop da secção da ECREA “Communication Law and Policy”](#) sobre regulação das plataformas digitais, que decorrerá em Salzburgo nos dias 2 e 3 de novembro de 2023.●



Imagem: Sofia Gomes /CECS



Imagem: Sofia Gomes /CECS

Trilogia de livros



Imagem: Sofia Gomes/CECS

O PolObs vai lançar uma **trilogia de livros** dedicados às **políticas de Comunicação, Ciência e Cultura**.

No âmbito das suas atividades e do projeto estratégico do PolObs, a equipa de coordenação do Observatório propõe a organização e publicação de um conjunto de três livros coletivos, que possam refletir sobre as três dimensões de atuação desta estrutura: políticas de ciência, políticas de comunicação e políticas de cultura. Estas obras deverão constituir um referencial teórico da atividade do PolObs, consolidando o enquadramento a partir do qual se procura fazer um trabalho regular de monitorização do campo.

Num tempo em que as tragédias climáticas se conjugam com a guerra em solo europeu, o modo como as sociedades comunicam transformam-se numa questão de vida ou de morte. Os cidadãos que legitimamente escolhem as suas lideranças precisam de bases sólidas e confiáveis para decidir quem governa e como melhor realizar as suas escolhas quotidianas construindo um mundo sustentável onde valha a pena viver.

Os poderes públicos têm responsabilidades concretas na configuração dos sistemas mediáticos nacionais, por mais internacionalizados e/ou tribalizados que hoje se encontrem. Esta obra procura apresentar algumas das áreas estratégicas fundantes da atuação pública em Portugal, sem esquecer o papel dos cidadãos no desenho e na implementação dessas políticas.

Este é o contexto para a elaboração da primeira obra, intitulada “**Políticas de Comunicação em Portugal: Híbridos e Opacidades**”, que será publicada pela editora UMinho no primeiro semestre deste ano.

Editada por Mariana Lameiras e Helena Sousa, inclui sete capítulos dedicados aos seguintes temas: regulação dos serviços digitais e algoritmos (da autoria de Paulo Ferreira e Luís António Santos); regulação dos media (Mariana Lameiras); propriedade dos media (Elsa Costa e Silva); políticas para o cinema e o audiovisual (Isabel Macedo e Tiago Vieira); jornalismo (Joaquim Fidalgo); publicidade (Sara Balonas e Jorge Veríssimo); e ativismos e participação (Ana Melo e Fábio Ribeiro).●

TELESCÓPIO



MARIA VLACHOU

Diretora Executiva
Acesso Cultura

ACESSO E INCLUSÃO NA ÁREA DA CULTURA

PolObs :: Em 2023, a Acesso Cultura assinala 10 anos de trabalho na promoção do acesso físico, social e intelectual à participação cultural. Que balanço pode ser realizado desta década?

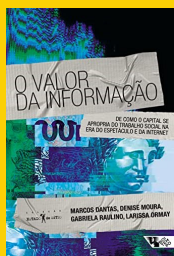
Nos últimos 10 anos, de uma forma progressiva, a questão do acesso e da inclusão (nas suas diversas vertentes – física, social, intelectual) passou a fazer parte do pensamento e também da prática de vários profissionais da cultura e de entidades culturais. Criou-se também uma exigência maior – da parte dos profissionais e da sociedade em geral. Era importante que as tutelas também conseguissem acompanhar este passo e apoiá-lo. O que não passa apenas por anunciar estratégias; passa, sobretudo, por colocá-las em prática.

PolObs :: Qual sua perceção acerca da acessibilidade cultural em Portugal? Houve avanços nesta matéria?

Os principais avanços registam-se na área do acesso físico. Estamos muito atrasados no que diz respeito às barreiras sociais e intelectuais. Um país tão pequeno, como Portugal, continua a revelar assimetrias significativas nas oportunidades de acesso à participação cultural. Os direitos culturais de uma grande parte da população são amplamente ignorados. E o entendimento sobre “cultura” é reduzido à uma discussão entre “entendidos” sobre “as artes”.●

ESTANTE

por SYLVIA DEBOSSAN MORETZSOHN



O valor da informação

Marcos Dantas, Denise Moura, Gabriela Raulino, Larissa Ormay

Boitempo (2022)

A incorporação da tecnologia como força produtiva deu à informação um valor central no capitalismo. Mas que tipo de trabalho a produz? De onde vem o valor que incorpora? É mercadoria ou um bem compartilhado? Como atuam as plataformas digitais no processo de valorização do capital? Essas questões, postas no prefácio de “O Valor da Informação”, estão na base deste livro, que se orienta pela teoria marxiana do valor-trabalho e a atualização para aplicá-la ao mundo do “capital-informação”. Demonstra como os direitos de propriedade intelectual funcionam como novas cercas à disseminação do conhecimento, desmonta a tese da “economia compartilhada”, aponta a ilusão da imediatividade das aparências que mascara a realidade do capital e a recorrente crença da redenção humana pela tecnologia. Mudar esse quadro implicaria, imediatamente, a existência de governos democráticos que adotassem uma política de comuns digitais capaz de enfrentar o poder das plataformas.●